

Caríssimo(a) Associado(a),

É com muita satisfação que apresento o livro do grupo de trabalho **Direito do Consumidor** do XXI Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), entre 31 de outubro e 03 de novembro de 2012.

Novamente inovamos ao transformar os antigos anais de nossos Encontros e Congressos em livros específicos para cada grupo de trabalho (GT). Tal iniciativa deveu-se à proposta desta diretoria visando o fortalecimento dos GTs, ratificada pelos associados e coordenadores dos programas em diversos espaços, principalmente no Fórum dos Coordenadores e na Assembleia Geral do XXI Encontro Brasileiro, realizados no primeiro de semestre de 2012, em Uberlândia.

O fortalecimento dos GTs integra um plano mais ambicioso de nossa comunidade científica no sentido do aprimoramento dos critérios de avaliação e internacionalização de eventos, de maior aproximação entre a academia e o cotidiano forense e, sobretudo, do crescimento ordenado e qualificado da pós-graduação estrito senso em Direito, no Brasil.

Em Niterói ultrapassamos a importante marca de 1.700 artigos submetidos a nosso sistema *Publica Direito*, com a participação direta de mais de 70 programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC. Mais uma vez centenas de trabalhos foram aceitos, sendo outros tantos infelizmente preteridos devido à crescente concorrência para os GTs, que em alguns casos foram divididos pela grande procura e qualidade dos trabalhos.

Aproveito para agradecer aos cerca de 200 professores-doutores que participaram de mais de 3.500 avaliações por intermédio do *double blind peer review* do sistema *Publica Direito*. Sem seu comprometimento e seriedade nosso Congresso seria inviável. Também gostaria de registrar que as diversas sugestões encaminhadas em 2012 foram analisadas e já resultaram em importantes aprimoramentos do nosso sistema de avaliação, a ser inclusos nos eventos de 2013.

No Congresso de Niterói restou evidente o expressivo resultado da área do Direito nos últimos anos. Tenho certeza de que chegaremos à avaliação trienal deste ano de forma muito mais sólida e próxima das chamadas “áreas duras”, pois nossas publicações qualificaram-se e resultam mais impactantes, a produção migra para a indexação e a inserção internacional já é uma realidade.

Festejamos no último Congresso o lançamento da tão esperada terceira edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)* – a RDB –, publicação semestral oficial do CONPEDI, que agora receberá a primeira avaliação da comissão *Qualis* do Comitê de Área. Queremos partilhar tal conquista – independente deste primeiro resultado – com cada associado, com nossos parceiros neste projeto e, em especial, com os pesquisadores, professores e alunos, brasileiros e estrangeiros, que acreditaram e contribuíram para a nova revista mesmo antes da primeira avaliação, sem conhecer, portanto, sua classificação e pontuação.

No Congresso ainda lançamos o primeiro volume de *Educação Jurídica*, pela Editora Saraiva. A obra resultou de uma parceria entre o CONPEDI e a Comissão de Educação Jurídica da OAB Federal – antiga Comissão de Ensino Jurídico –, a Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI) e a Federação dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI), contando ainda com o apoio da CAPES/MEC e CNPq/MCT.

Quero registrar que a organização deste livro foi uma das realizações mais prazerosas de minha gestão. O relevante conceito de educação jurídica – como temos debatido, pelo menos, nos três últimos eventos do CONPEDI – é fundamental para melhorar a graduação e aprimorar ainda mais a pós-graduação em Direito no país. Agradeço a todos, autores e instituições, que contribuíram para a conclusão deste primeiro volume, que certamente terá continuidade.

Durante o Congresso recebemos importantes professores e pesquisadores de universidades estrangeiras, alguns que já participaram dos nossos eventos e programas, e outros que compareceram pela primeira vez: dr. Baldomero Olivier Leon, da Universidade de Granada; dr. Carlos Garriga, da Universidade do País Basco; dr. John Vervaele, da Universidade de Utrecht; dr. Leon Villalba, da Universidade de Castilla La Mancha; dr. Ricardo Sanin, da Universidade de Caldas; dr. Fernando Galindo,

da Universidade de Zaragoza, e dr. Gaetano Peccora, da Universidade Livre Internacional de Estudos Sociais. Agradecemos a todos pela significativa contribuição e desejamos que seu comparecimento frutifique em novos eventos e convênios internacionais, e, sobretudo, em parcerias de publicações com os programas brasileiros. Neste particular ressaltamos que pretendemos intensificar a parceria entre o CONPEDI e os programas associados, para que os palestrantes participem não somente dos nossos eventos mas de todos os programas em Direito.

É oportuno lembrar que durante o Congresso foi debatida uma série de temas relevantes: 1) constitucionalismo, jurisdição constitucional e o protagonismo do STF, 2) o novo constitucionalismo latino-americano, 3) o programa *Ciência sem Fronteiras*, do CNPq, 4) o novo currículo Lattes, com uma oficina prática, 5) educação jurídica, 6) os desafios atuais da justiça penal e o novo Código Penal, 7) mestrado profissional no Direito, 8) o plano nacional de pós-graduação, 9) a justiça de transição no Brasil, 10) o Direito Civil constitucional e a autonomia privada, 11) os Direitos Humanos e a inclusão, e 12) o *Qualis* periódico e a classificação de livros, entre outros. Isso tudo, logicamente, dentro do tema central do Congresso – *O novo constitucionalismo latino-americano: desafios da sustentabilidade*.

Tivemos ainda nossa já tradicional exposição de pôsteres pelos graduandos em iniciação científica, o que entendemos fundamental não apenas para melhor preparar os futuros mestrados, mas como forma de diálogo e contribuição da pós-graduação para a graduação. Outras iniciativas com este objetivo estão sendo planejadas e algumas já estarão na programação dos eventos de 2013.

Em Niterói também assinou-se oficialmente um termo de cooperação técnica com a Comissão Nacional da Verdade, em grande medida decorrente da Rede de Observatórios de Memória, Verdade e Justiça. Nos termos acordados, os programas do Direito poderão contribuir de forma mais direta nas ações da comissão, e abriremos em breve um cadastro dos programas que possuem grupos de pesquisa sobre o tema da justiça de transição.

Com relação ao IPEA, cumpre anunciar que participaremos em 2013, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), em que o CONPEDI promoverá

uma mesa-redonda sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados entre os que serão publicados numa coletânea resultante desta parceria.

Por fim registramos que, nos próximos eventos, tanto em Curitiba como em São Paulo, será utilizado o novo formato de publicação em livro, pelo que esperamos, com responsabilidade, o reconhecimento de mais este significativo esforço da nossa comunidade.

Niterói, novembro de 2012.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

Uma vez mais o Congresso Brasileiro do CONPEDI, em sua XXI edição, congregou diversos pensadores e críticos do Direito, conglomerando ideias, superando antigos paradigmas e apresentando inovadoras soluções frente aos problemas que se apresentam na atual conjuntura da sociedade.

O Grupo de Trabalho relacionado ao Direito do Consumidor trouxe novas ideias, reunindo estudiosos de diversos estados da federação e permitindo o estabelecimento de intercâmbios e parcerias entre pesquisadores e a consequente aproximação de programas, como apenas o CONPEDI tem condições de promover.

O autor Amadeu dos Anjos Vidonho Junior, advogado e mestre em Direito pela Universidade Federal do Pará, nos apresenta o primeiro artigo desta coletânea, o qual versa sobre o comércio eletrônico e seus aspectos comercial, tributário e consumerista.

O segundo artigo, realizado em coautoria entre a advogada e especialista em Direito Processual Civil, Lília Maranhão Leite Ferreira de Melo, e o professor da Universidade Federal da Paraíba, doutor Fernando Antônio de Vasconcelos, traz em voga as relações de consumo eletrônicas e a proteção do consumidor virtual sob o prisma do Código de Defesa do Consumidor.

As graduandas em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, Francieli Puntel Raminelli e Lohana Pinheiro Feltrin escreveram conjuntamente sobre a reforma do Código de Defesa do Consumidor e suas implicações na interação online entre consumidor e fornecedor, sendo este, resultado parcial de seus respectivos projetos de pesquisa.

A vulnerabilidade potencializada pela sensação de felicidade efêmera frente à sociedade de consumo é o objeto de estudo dos doutorandos Cândido Francisco Duarte dos Santos e Silva, mestre em Direito pela Universidade Gama Filho, e

Renata Guimarães Franco, mestre em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O mestre em Integração Latino Americana pela Universidade Federal de Santa Maria, Vitor Hugo do Amaral Ferreira, em coautoria com o graduando Diego Bastos Braga escrevem sobre a sociedade de consumo a partir de um diálogo entre o consumismo e o bullying.

O direito fundamental à educação para o consumo e os problemas sociais do consumo desequilibrado constituem a pesquisa realizada pelas autoras Daniela Ferreira Dias Batista, mestranda em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília e advogada; e Raquel Cristina Ferraroni Sanches, doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

As pesquisadoras Bárbara Seccato Ruis Chagas e Morgana Neves de Jesus tratam sobre o problema do superendividamento e a reforma do Código de Defesa do Consumidor, tendo a educação como solução possível.

A doutora e mestre em Direito das Relações Sociais junto à Universidade Federal do Paraná, Rosalice Fidalgo Pinheiro, em coautoria com a mestranda em Direitos Fundamentais e Democracia nas Faculdades Integradas do Brasil, Rúbia Carla Goedert estudam o contrato de consumo e a defesa do consumidor, como um "ponto de encontro de direitos fundamentais"

A responsabilidade social das empresas e a função social dos contratos nas relações de consumo é o tema do trabalho desenvolvido pelos estudiosos José Edmilson de Sousa Lima, pós-doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, pesquisador e docente do Centro Universitário Curitiba; e Pasqualino Lamorte, advogado e mestrando em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Curitiba.

A acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Ana Lucia Mortari, e o Mestrando em Ciência Jurídica na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Luis Otávio Vincenzi de Agostinho analisam os contornos da publicidade ambiental e prática do greenwashing.

Estudando a responsabilidade do fornecedor no direito comparado, a graduanda Verônica Vieira Amorim nos apresenta a responsabilidade do fabricante no Brasil e nos Estados Unidos.

A mestre em Direito pela Universidade Gama Filho, Érica de Aquino Paes, e o mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá, Rodrigo Octávio Pinto Borges expõe os limites da responsabilidade civil objetiva dos prestadores de serviços bancários a partir do direito do consumidor e sua colisão com outros direitos.

O doutor e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Guilherme Martins, em coautoria com a graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Chiara de Teffé apresentam seu trabalho acerca da indenização por dano moral coletivo nas relações de consumo.

A pesquisadora Camila Braga Corrêa estuda os pequenos danos, as pequenas indenizações e os grandes impérios - as facetas do dano eficiente a partir de um olhar sobre a aplicação da restituição em dobro prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

O mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, Robério Fontenele Carvalho e a mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, Herika Janaynna Bezerra de Menezes Marques versam sobre a possibilidade de captura das agências, formas de controle e responsabilidade civil dos seus agentes sob uma análise do caso concreto.

Por último, porém não menos importante, Giovani Clark, doutor em Direito Econômico, e Eduardo de Abreu Moraes, graduando em Direito, estudam o novo rendimento da poupança e a regra da indexação.

O fomento das discussões a partir da apresentação de cada um dos trabalhos ora editados permite o contínuo debruçar dos pesquisadores na área consumerista, visando ainda o incentivo a demais membros da comunidade acadêmica à submissão de trabalhos aos vindouros encontros e congressos do CONPEDI.

É com muita satisfação que apresento esta obra. É garantida rica leitura e reflexão a todos.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professora Doutora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA

Professor Doutor Everton das Neves Gonçalves - UFSC